



PODER

Lewandowski alfineta a PMDF pelo 8 de janeiro

Na reunião com Lula e governadores, ministro da Justiça lembra que a PF identificou “graves falhas” na atuação da corporação nos atos golpistas. Ele sustenta que, se houvesse uma Polícia Ostensiva Federal à época, a manifestação extremista não teria acontecido

» VICTOR CORREIA

Sergio Lima / AFP

Na apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança, ontem, para governadores, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, alfinetou a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) sobre as falhas da corporação nos atos golpistas de 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes.

Lewandowski lembrou que investigação da Polícia Federal (PF) sobre os atos extremistas apontou **falhas da PMDF**. Segundo o ministro, caso existisse uma Polícia Ostensiva Federal — proposta na PEC da Segurança —, a manifestação golpista não teria acontecido.

“Se nós tivéssemos, no dia 8 de janeiro de 2022 (2023) uma Polícia Ostensiva Federal aqui, não teriam ocorrido as invasões às sedes dos Três Poderes, porque nós dependemos — eu estava no Supremo Tribunal Federal (STF) — da PMDF”, declarou Lewandowski, na reunião, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Sem nenhuma crítica, mas a PF terminou o inquérito em relação a esse assunto e chegou à conclusão que houve grandes falhas por parte dessa honrada e valorosa corporação do Distrito Federal”, acrescentou. No encontro de ontem, a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), representou o governador Ibaneis Rocha (MDB).

Relatório da PF sobre os atos golpistas, entregue nesta semana à Procuradoria-Geral da República (PGR), mostrou falhas na Secretaria de Segurança Pública (SSP) do DF, que,



“Falhas deliberadas”

O relatório da PF implica autoridades das Forças Armadas, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, da Polícia Militar do DF e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O documento aponta “despreparo” da SSP-DF, “erros” do GSI e “falhas deliberadas” da cúpula da PM.

à época, era comandada por Anderson Torres, investigado por participação em tentativa de golpe de Estado.

Além disso, integrantes da cúpula da PMDF são investigados por convivência com os ataques. O mesmo relatório apontou erros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ligado à Presidência da República, que, na ocasião, era chefiado pelo general Gonçalves Dias. Ele pediu demissão após surgir um vídeo mostrando que

ele ofereceu água a invasores do Palácio do Planalto.

Lewandowski também criticou a atuação da Polícia Civil do Rio de Janeiro na investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol). As apurações foram federalizadas em 2023 pelo então ministro da Justiça, Flávio Dino, que agora está no STF.

Foi a PF que chegou aos nomes dos irmãos Chiquinho Brazão, deputado federal (sem partido-RJ), e Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de

Contas do Estado do Rio de Janeiro, como mandantes do crime. A corporação também acusou o delegado Rivaldo Barbosa, que chefiou a Polícia Civil do Rio de Janeiro, de tentar atrapalhar as investigações.

“Por cinco anos, me desculpe o governador Cláudio Castro, a polícia do Rio de Janeiro demorou para elucidar o crime, e não elucidou. A valorosa e combativa PF entrou, com sete homens, e deslindou esse lamentável crime”, afirmou.



Se nós tivéssemos, no dia 8 de janeiro de 2022 (2023) uma Polícia Ostensiva Federal aqui, não teriam ocorrido as invasões às sedes dos Três Poderes, porque nós dependemos — eu estava no Supremo Tribunal Federal (STF) — da PMDF”

Ricardo Lewandowski,
ministro da Justiça e
Segurança Pública

Castro rebateu com o microfone desligado, e não foi possível ouvir o que ele disse. Lewandowski tentou, então, amenizar. “Mas não é crítica, nós estamos colaborando muito proximamente, governador Cláudio Castro. O (secretário de Segurança) Mário Sarrubbo foi ao Rio de Janeiro ocorrendo ao seu pedido. Estamos em pleno diálogo, plena conversação”, frisou.

Leia sobre o caso Marielle na página 6

Cobranças na apresentação da PEC da Segurança

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ontem, aos governadores a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, uma medida que visa aumentar os poderes da União no combate ao crime organizado.

O governo federal quer aumentar a competência sobre a segurança pública, criando diretrizes comuns a todos os estados e padronizando documentos, dados e sistemas. Além disso, pretende fortalecer a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A maioria dos governadores elogiou a proposta, mas parte demonstrou preocupação com o avanço da gestão federal sobre a competência dos estados. Além disso, a discussão mostrou que o problema da segurança pública é muito maior do que será discutido na PEC.

Lula abriu o encontro afirmando que a apresentação da proposta é “o começo de uma grande discussão” sobre segurança pública, e o debate será feito no Congresso. Ele demonstrou preocupação com o avanço do crime organizado no país. “Sei que cada governador tem os seus problemas, suas soluções, mas o que a gente está notando efetivamente é que o crime organizado está crescendo, as organizações nas cadeias estão crescendo. O PCC e

o Comando Vermelho estão em todos os estados, indicando até vereador”, enfatizou.

Segundo Lula, “logo, logo o crime organizado vai estar participando de concurso”. “Essa é uma coisa quase que incontrolável, se a gente não montar um pacto federativo que envolva todos os poderes da Federação e que a gente possa construir um processo que discuta desde o sistema prisional até o sistema de cadastro que cada estado tem”, acrescentou.

Alterações

Após o presidente, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, apresentou a PEC aos governadores. Participaram da reunião 13 gestores estaduais, como Tarcísio de Freitas (São Paulo), Ronaldo Caiado (Goiás) e Cláudio Castro (Rio de Janeiro), e cinco governadores em exercício. Lewandowski também apresentou o anteprojeto do texto que será enviado ao Congresso. As mudanças na Constituição permitem que o governo federal crie diretrizes gerais para a segurança pública e para o sistema penitenciário. “A segurança pública precisa falar a mesma língua”, disse o ministro da Justiça.

O que pode mudar

A proposta será apresentada ao Congresso Nacional e altera os artigos 21, 22, 23, 24 e 144 da Constituição. Veja as principais mudanças:



INCLUI NA CONSTITUIÇÃO

■ Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado em 2018, aos moldes do que foi feito com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Nacional de Educação (SNE).

■ Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária.

■ Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com representantes de todos os entes federados para criar diretrizes.



PADRONIZAÇÃO

■ Protocolos e documentos, como certidões de antecedentes criminais, boletins de ocorrência e mandados de prisão.

■ Dados estatísticos, que serão compartilhados entre União, estados e municípios.



FORÇAS FEDERAIS

■ **Polícia Federal:** garante que a PF atue em crimes ambientais e contra crimes cometidos por organizações e milícias privadas com repercussão em mais de um estado ou mesmo internacional.

■ **Polícia Rodoviária Federal:** passa a ser uma Polícia Ostensiva Federal, e deverá ter outro nome. A PRF poderá atuar no policiamento em rodovias, ferrovias e hidrovias federais. Também poderá ajudar os estados quando solicitado, como ocorre com a Força Nacional.

Lula e Lewandowski garantiram, porém, que as decisões serão tomadas em conversa com estados e municípios.

O encontro foi transmitido na íntegra pelas redes oficiais do Palácio do Planalto, algo inusitado nessas discussões, e os governadores puderam comentar

a proposta federal e apresentar suas demandas.

“Esse debate sobre segurança pública é muito mais ampliado do que somente uma PEC. Essa é uma percepção de todos os governadores”, disse Celina Leão. “Foi pedido um tempo para que a gente possa criar um grupo de

trabalho, estudar a PEC, trazer outras sugestões e apresentar ao governo federal.”

Celina destacou que, “quando você melhora a atuação nacional, melhora os estados”. “Nós já temos a melhor segurança pública do país. É o Distrito Federal. Isso é visto por

organismos internacionais, mas a gente quer, cada dia mais, caminhar com segurança, que o crime organizado não tenha atuação aqui”, acrescentou.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), defendeu que os gastos com segurança sejam colocados fora da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Críticas

Já Caiado (União Brasil) criticou o avanço sobre as competências dos estados. “O governo federal tem que servir de apoio a nós, e não o governo federal quer ditar regra para nós. A proposta não dá para aceitar. Deixa claro que estipula diretrizes vinculantes aos estados. Propõe normas gerais que se sobrepõem à legislação do estado”, refutou.

No geral, governadores e representantes dos estados apontaram uma série de deficiências na segurança pública que não serão resolvidas apenas com a PEC. Reclamaram dos repasses federais, pediram maior controle nas fronteiras, recursos para a construção de novas prisões, efetivo maior nas polícias e mudanças na legislação para endurecer a pena contra criminosos, especialmente membros das facções. (VC, colaborou Pablo Giovanni)